



CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

**AQUISIÇÃO DE PÉRGULA PARA O ESPAÇO DE REFEIÇÕES DO CASTELO DE
ALCOUTIM – REFORÇO NA ATIVAÇÃO DO DESTINO E DA MARCA ALCOUTIM
ATRAVÉS DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A FORTALEZA DE
ALCOUTIM, CASTELO DA VILA DE ALCOUTIM**

-

INTEGRADO NO PROJETO FORTOURS III, CÓDIGO DA OPERAÇÃO
“0225_FORTOURS_5_E, FORTIFICAÇÕES DE FRONTEIRA: FOMENTO DO
TURISMO CULTURAL TRANSFRONTEIRIÇO”, APROVADO NO ÂMBITO DO
PROGRAMA OPERATIVO INTERREG VI - A ESPANHA PORTUGAL (POCTEP
2021-2027)

PARTE I

ESPECIFICAÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante neste procedimento é o Estado, através da Câmara Municipal de Alcoutim, com sede na Rua do Município, n.º 12, 8970-066 Alcoutim, telefone +351540500 e correio eletrónico: geral@cm-alcoutim.pt.

Cláusula 2.ª

Objeto do procedimento

O presente caderno de encargos tem como objeto a **Aquisição de Pérgula para o Espaço de Refeições do Castelo de Alcoutim – Reforço na ativação do Destino e da Marca Alcoutim através da aquisição de equipamentos para a fortaleza de Alcoutim, Castelo da Vila de Alcoutim**, integrado no projeto “FORTours III”, código da operação “0225_FORTOURS_5_E, Fortificações de Fronteira: Fomento do turismo cultural transfronteiriço”, aprovado no âmbito do programa operativo INTERREG VI - A Espanha Portugal (POCTEP 2021-2027), de acordo com as disposições constantes na Parte II – Especificações Técnicas, do presente caderno de encargos.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e retificado pelas Declarações de Retificação n.º 36 – A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017 de 30 de novembro, adiante designado por CCP.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
3. Fazem sempre parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 4.ª

Gestor do contrato

- 1 A entidade adjudicante deve designar um gestor de contrato para promover o devido acompanhamento permanente da execução contrato, nos termos do previsto no artigo 290º-A em conjugação com a alínea i) do nº 1 do artigo 96, ambos do CCP, e que desempenhe o papel de interlocutor com a Parte contrária para todos os fins associados à execução contratual.
- 2 Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente da entidade adjudicante, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.
- 3 A entidade adjudicante designa como gestor do contrato, Manuela Teixeira, Chefe da Unidade de Cultura, Património Cultural e Turismo, da Câmara Municipal de Alcoutim, a qual pode, no decurso da prestação de serviços, solicitar esclarecimentos atinentes à mesma.

Cláusula 5.ª

Preço base

1. O preço base do procedimento para o equipamento que constitui o objeto do presente Caderno de Encargos, enquanto preço máximo a que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução da prestação que constitui o objeto do contrato não pode ultrapassar a quantia de **€ 16.179,75 (dezasseis mil cento e setenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos)**, à qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número um do presente artigo inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos a todos os recursos e equipamentos necessários aos trabalhos de montagem, desmontagem e segurança e ao transporte dos bens objeto do contrato para os respetivos locais de montagem e bem como quaisquer encargos decorrentes da contratação de trabalhadores especializados e credenciados e da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Para efeitos do referido preço e em cumprimento do disposto nos números 2 e 3 do artigo 9.º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, com vista ao fornecimento que comporta o presente procedimento, a entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, os números dos compromissos da despesa.
4. Pela execução do fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário os preços constantes das propostas adjudicadas.

Cláusula 6.ª

Vigência do contrato a celebrar

O contrato inicia a sua vigência no dia da sua assinatura e mantém-se em vigor até à entrega e montagem dos bens à entidade adjudicante em conformidade com os respetivos termos e condições definidos e ao término da garantia e assistência técnica, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 7.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante, os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens com o contrato.
4. O adjudicatário é responsável perante o a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam quando os bens lhe são entregues.

Cláusula 8.ª

Entrega e montagem dos bens objeto do contrato

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, o adjudicatário fica obrigado a fornecer os bens, objeto do presente contrato, **montados e segurados até 90 (noventa) dias** a contar da data da formalização da adjudicação, ou da celebração do contrato escrito, sempre que a ele houver lugar.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues e montados no Castelo de Alcoutim, sito no Largo do Castelo, s/n, vila de Alcoutim, União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, concelho de Alcoutim, distrito de Faro, Algarve-Portugal, devidamente acondicionados e referenciados para fácil identificação e nas quantidades previstas na Parte II – Especificações Técnicas deste caderno de encargos.
3. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização daqueles.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e respetiva montagem, bem como dos serviços associados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 9.ª

Referências a marcas

As referências a marcas de materiais, de produtos, de equipamentos ou Entidades Certificadoras são apresentadas a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender-se como associadas ao termo “ou equivalente”.

Cláusula 10.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito dos serviços, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Cláusula 11.ª

Garantia

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de cinco anos, a contar da data da receção dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.
2. A garantia acautelará também o seguinte:
 - a) O transporte do bem ou componentes defeituosos ou discrepantes, para o local de reparação/substituição e a devolução dos bens em falta, reparados ou substituídos;
 - b) A deslocação ao local da reclamação;
 - c) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva substituição.

4. As substituições previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza dos bens e o fim a que os mesmos se destinam.
5. Em caso de substituição dos bens objeto do presente procedimento, a garantia proposta pelo adjudicatário reiniciará para o bem substituído.

Cláusula 12.ª

Condições e formas de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor constante das propostas adjudicadas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. As quantias devidas pelo Município devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas.
3. Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas após a finalização dos trabalhos objeto deste caderno de encargos.
4. A forma e o processo de pagamento dos encargos decorrentes das relações contratuais estabelecidas no âmbito dos contratos a celebrar, são as que resultam da aplicação das disposições legais que regulamentam a realização e o processamento das despesas da Administração Pública.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto ao montante indicado na fatura, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.
6. As faturas terão de conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
 - a) Designação e endereço do cocontratante;
 - b) Data e número da fatura;
 - c) Número de identificação fiscal da CMA (506 772 446);
 - d) Referência e designação do procedimento ou da requisição externa, se aplicável;
 - e) Preço antes e depois de todos os impostos;
 - f) Taxa e valor do imposto sobre o valor acrescentado (IVA);
 - g) Referência ao número de compromisso.

7. As faturas que não cumpram estas disposições podem ser devolvidas.
8. Os encargos resultantes da execução do contrato serão suportados por conta das verbas inscritas no orçamento de funcionamento da Câmara Municipal de Alcoutim.
9. Não é permitida a revisão de preços propostos, em circunstância alguma, durante a execução do contrato.
10. Em caso de atraso por parte da entidade adjudicante no cumprimento das obrigações pecuniárias a que está vinculada, tem o adjudicatário direito aos juros de mora sobre o montante em dívida e taxa legalmente fixada para o efeito, nos termos do artigo 1.º da Lei nº 3/2010, de 27 de abril.

Cláusula 13.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) O adjudicatário obriga-se a executar os serviços de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- b) Obrigação de prestação dos serviços de acordo com as especificações técnicas anexas ao presente caderno de encargos;
- c) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
- d) Fornecer o equipamento à entidade adjudicante, de acordo com as características, prazos de entrega e requisitos dos mesmos definidos no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
Não alterar as condições de prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- e) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato;

- f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- g) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução dos serviços;
- h) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- i) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução dos serviços, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- j) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas.
- k) Obrigação de manutenção dos preços unitários da proposta.

Cláusula 14.ª

Inspeção e testes

1. Efetuada a montagem dos bens objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção qualitativa e de segurança dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às exigências estabelecidas, se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos na Parte II – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais dos bens descritos na Parte II – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos.
3. Durante a fase de realização de testes, o adjudicatário deve prestar ao contraente público, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 15.º

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na Parte II – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos, o contraente público, deve informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, o contraente público, procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante e cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais, ou parte delas, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante notificá-lo-á para cumprir dentro de um prazo razoável.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento, após o decurso do prazo referido no número anterior, a entidade adjudicante resolverá o contrato por fundamento em incumprimento definitivo.
3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se incumprimento contratual, por parte do adjudicatário, a verificação de:
 - a) Recusa de entrega dos bens em conformidade com as especificações técnicas;
 - b) Incumprimento do prazo de entrega reiterado.

4. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada quaisquer das obrigações que lhe incumbem.
5. O disposto nos números anteriores não prejudica as ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de execução.
6. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante das suas obrigações, desde que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato que será indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial do procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.
7. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.
8. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
9. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
10. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
11. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no número quatro apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
12. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
13. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei ou de outras situações de grave violação assumidas pelo adjudicatário especialmente previstas no contrato, o adjudicatário pode resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
 - c) Incumprimento das obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito à resolução do contrato pode ser exercido mediante comunicação enviada à entidade adjudicante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescido dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 18.ª

Outros encargos

1. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação das propostas constituem encargo das entidades interessadas.
2. Todas as despesas derivadas da prestação de cauções, da emissão de seguros, bem como do visto prévio do Tribunal de Contas, quando a eles houver lugar, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 19.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, nomeadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 20.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos serviços e bens objeto do contrato, até 10%;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10%;
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade do fornecimento, até 10%;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicatária pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20%.
 3. Pela falha de cumprimento de obrigações de garantia e/ou assistência técnica será aplicada uma sanção de 20% do valor adjudicado por equipamento, por cada dia de atraso face à comunicação da necessidade de intervenção.
 4. A penalidade referida no número anterior não exime o adjudicatário, em caso algum, da responsabilidade de indemnizar pelos danos resultantes do incumprimento de quaisquer obrigações contratuais estabelecidas no âmbito do objeto do presente procedimento.
 5. A aplicação de sanções será efetivada, preferencialmente, através de nota de crédito sobre a fatura que corresponda a encomenda sancionada, sob pena de não haver qualquer pagamento de entregas parciais.
 6. Caso não seja emitida a nota de crédito solicitada, será fixado prazo de pagamento voluntário da obrigação exequenda, e no caso de falta de pagamento no prazo estipulado será emitida certidão de dívida.
 7. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do número 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
 8. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicatária tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do(s) adjudicatário(s) e as consequências do incumprimento.
 9. A entidade adjudicatária pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 10. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicatária exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização da entidade adjudicante.
2. A autorização da cessão da posição contratual depende:
 - a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
 - b) Do preenchimento, por parte do potencial cessionário, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. Em caso de incumprimento das obrigações pelo adjudicatário, aplicar-se-á o disposto nos artigos 317.º a 319.º do CCP.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. As comunicações e as notificações entre as partes, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. As comunicações e as notificações dirigidas à entidade adjudicante, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 15:00 (quinze) horas do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10:00 (dez) horas do dia útil imediatamente seguinte.
3. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP republicado, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicatária, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. As condições mencionadas nos números anteriores aplicam-se, também, à entidade adjudicante.

Cláusula 24.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 25.ª

Preço anormalmente baixo

Para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 71.º, do CCP, o preço total resultante de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando seja inferior a 50% dos preços definidos nos pontos 1 e 2 da cláusula 5.ª do presente caderno de encargos.

Cláusula 26.ª

Caução

1. Não é exigível a prestação de caução por o preço contratual ser inferior a € 500.000,00 (quinhentos mil euros), de acordo com a alínea a), do número 2, do artigo 88.º do CCP.
2. O adjudicatário será notificado da adjudicação.

Cláusula 27.ª

Cláusula arbitral

Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução dos serviços, que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, será decidido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

Cláusula 28.ª

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados por escrito, através da na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, no primeiro terço fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos serão prestados por escrito, pelo serviço de Aprovisionamento do Município de Alcoutim, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação dos erros e omissões das peças do procedimento até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Cláusula 29.ª

Proposta

1. A proposta deve ser submetida na plataforma eletrónica na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, com os seguintes elementos:

- a) Apresentação da descrição do equipamento e seus componentes e orçamento detalhado;
 - b) Valor global da proposta do serviço identificado na Parte II deste caderno de encargos;
 - c) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa ao serviço proposto.
2. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:
- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante dos anexos do CCP.

Cláusula 30.^a

Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Cláusula 31.^a

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de Negociação.

Cláusula 32.^a

Transferência da propriedade

1. Transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Alcoutim, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, com a entrega das peças
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 33.^a

CrITÉrios de Adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 74.º do CCP.

Cláusula 34.ª

Uso de sinais distintivos

1. Todos os trabalhos a serem entregues deverão ser identificados com os logotipos do Programa Operativo INTERREG VI - A Espanha-Portugal (POCTEP 2021-2027), conforme definido na Parte II – Especificações Técnicas do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 35.ª

Dados Pessoais

1. O adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.
3. As condições mencionadas no número anterior aplicam-se, também, à entidade adjudicante.

Cláusula 36.ª

Alterações ao fornecimento

1. Qualquer alteração no fornecimento deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que a prestação de serviços;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do fornecimento requisitado não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 37.ª

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Cláusula 38.ª

Contagem dos prazos

Salvo diferente menção expressa, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 39.ª

Local

O serviço a prestar será efetuado no Castelo de Alcoutim, sito no Largo do Castelo, s/n, em Alcoutim, União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, concelho de Alcoutim, distrito de Faro, Algarve-Portugal.

Cláusula 40.ª

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do fornecimento.

Cláusula 41.^a

Legislação aplicável e foro competente

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.
2. Em tudo o que for omissa e que suscite dúvidas no presente contrato, rege-se-á pelo regime jurídico do Código dos Contratos Públicos, na sua versão atual, sem prejuízo de outras leis e regulamentos aplicáveis.
3. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 42.^a

Disposições finais

Constitui obrigação do adjudicatário manter sempre atualizados os seguintes documentos:

- a) Certidão comprovativa da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social;
- b) Certidão comprovativa da situação regularizada relativamente a impostos ao Estado Português.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. ÂMBITO E OBJETO

Pretende-se a **Aquisição de Pérgula para o Espaço de Refeições do Castelo de Alcoutim – Reforço na ativação do Destino e da Marca Alcoutim através da aquisição de equipamentos para a fortaleza de Alcoutim, Castelo da Vila de Alcoutim**, integrado no projeto “FORTours III”, código da operação **“0225_FORTOURS_5_E, Fortificações de Fronteira: Fomento do turismo cultural transfronteiriço”**, aprovado no âmbito do programa operativo INTERREG VI - A Espanha Portugal (POCTEP 2021-2027).

Pretende-se desenvolver os serviços referidos anteriormente no Castelo de Alcoutim, sito no Largo do Castelo, s/n, em Alcoutim, União de Freguesias Alcoutim e Pereiro, Município de Alcoutim, distrito de Faro, Algarve – Portugal, de acordo com a regulamentação vigente e as indicações da Câmara Municipal de Alcoutim.

2. OBJETIVOS

Pretende o Município de Alcoutim, consolidar o projeto de promoção e difusão do património transfronteiriço, cujas ações foram desenvolvidas no âmbito do FORTours I e FORTours II, cujo objetivo principal é consolidar a Marca de Turismo de Fronteira, no território.

3. ENQUADRAMENTO NO TERRITÓRIO

A implementação do referido projeto no território pretende dinamizar e valorizar os recursos culturais, integrando-os numa estratégia de promoção conjunta do território transfronteiriço, fomentando a dinamização empresarial, a cooperação transfronteiriça e a criação de um destino de qualidade.

4. ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E SEUS CONDICIONAMENTOS

4.1. Organização espacial

A organização do espaço é condicionada dentro dos locais a implementar os bens, devendo sempre ser coordenado em articulação com a Unidade de Cultura, Património Cultural e Turismo da Câmara Municipal de Alcoutim.

4.2. Condicionamentos especiais

Na presente aquisição há que considerar, sem mais encargos para a Câmara Municipal de Alcoutim, os seguintes condicionamentos restritivos ao andamento normal dos trabalhos:

- Cumprimento das normas de segurança na entrada e saída de pessoas e veículos imposta pela Câmara Municipal de Alcoutim nos locais da realização dos trabalhos;
- Acesso condicionado aos espaços públicos aquando da instalação dos bens;
- Cumprimento da legislação em vigor no que concerne ao património classificado;
- Articulação dos trabalhos a desenvolver com a chefe de Unidade de Cultura, Património Cultural e Turismo da Câmara Municipal de Alcoutim;
- Funcionamento normal dos serviços existentes nos edifícios a utilizar.

5. ELEMENTOS BASE

5.1. Indicação dos elementos base a adquirir

DESENHO E PRODUÇÃO DE PÉRGOLA DE SOMBREAMENTO PARA A ESPLANADA DO CASTELO DE ALCOUTIM			
Quantidade	Equipamento	Especificações mínimas	Implementação
1	Pérgula em madeira	Pérgula: em madeira, com cerca de 10x5 metros, com sombreamento em caniço de cana inteira e policarbonato cristal.	Coordenadas GPS: 37°28'14.5"N 7°28'17.9"W

6. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS ELEMENTOS BASE

DESENHO E PRODUÇÃO DE PÉRGULA DE SOMBREAMENTO PARA A ESPLANADA DO CASTELO DE ALCOUTIM

- **PÉRGULA EM MADEIRA**

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Estrutura em madeira que permite a proteção do sol e das as intempéries, com a robustez necessária, desenhada e idealizada para criar espaços de média e grande dimensão, com cobertura em caniço de cana inteira e polycarbonato cristal.

A pérgula deve ser instalada num espaço independente com pilares em madeira, que permite uma ventilação natural, e o sombreamento em caniço de cana inteira e polycarbonato cristal que permite otimizar a utilização do espaço.

DADOS TÉCNICOS

Tipo de produto	Pérgula em madeira com cobertura em caniço e polycarbonato cristal
Dimensões	Totalmente personalizada e adaptada ao espaço: 10x4,8 m
Área total	48 m ²
Material	Estrutura em madeira devidamente tratada para o exterior
Cor	Estrutura: madeira de pinho tratada e cana Cobertura: cristal
Estrutura	Espaço independente, encostado à estrutura existente, constituído por 7 pilares e vigas
Cobertura	Caniço de cana inteira e polycarbonato cristal
Garantia	Instalação: 2 anos de garantia Deformação da estrutura: 5 anos de garantia

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. Condições de Entrega

Os serviços inerentes ao fornecimento dos bens objeto do procedimento, a executar segundo as melhores regras técnicas, sejam entregues completos e prontos a serem utilizados.

Todos os trabalhos a serem entregues deverão ser identificados com os logotipos do Programa Operativo INTERREG VI - A Espanha-Portugal (POCTEP 2021-2027), conforme definido no Manual de Normas de utilização dos mesmos (a entregar pela entidade adjudicante), de

preferência em chapa metálica impressa e de dimensões adaptadas à superfície onde serão colocadas.

7.2. Trabalhos e tarefas

A proposta deve incluir todos os trabalhos implícitos ou explícitos para que os equipamentos sejam entregues completos e prontos a utilizar. Os trabalhos e fornecimentos não explícitos são considerados complementos cujos custos devem ser refletidos nos preços unitários das rubricas explícitas. O adjudicatário poderá aceder aos locais, em dia e hora agendada, para preparar a proposta, já que não se aceitam, *a posteriori*, quaisquer trabalhos a mais.

7.3. Produção

No âmbito do fornecimento de equipamento para a **Aquisição de Pérgula para o Espaço de Refeições do Castelo de Alcoutim – Reforço na ativação do Destino e da Marca Alcoutim através da aquisição de equipamentos para a fortaleza de Alcoutim, Castelo da Vila de Alcoutim**, as propostas deverão apresentar:

- 1- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP;
- 2- Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (com indicação do preço global);
- 3- Certidão atualizada do registo comercial;
- 4- Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas;
- 5- Projeto técnico que inclua todas as especificidades técnicas dos equipamentos, incluído a sua implementação no local, que se coadunam com o pretendido e com as funções a desempenhar por estas tipologias de equipamentos e que estejam em consonância com os projetos da receção e da sinalética do Castelo de Alcoutim;
- 6- Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
- 7- Quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis para o esclarecimento dos atributos da sua proposta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

A concretização da aquisição de serviços implica:

1. A realização de visitas técnicas da equipa de trabalho e reuniões com a chefe de Unidade de Cultura, Património Cultural e Turismo do Município de Alcoutim;
2. O levantamento e a contratualização das necessidades técnicas dos conteúdos.

7.3.1. Trabalhos não incluídos

Só não se considerarão no fornecimento de equipamento para a **Aquisição de Pérgula para o Espaço de Refeições do Castelo de Alcoutim – Reforço na ativação do Destino e da Marca Alcoutim através da aquisição de equipamentos para a fortaleza de Alcoutim, Castelo da Vila de Alcoutim**, os trabalhos que sejam explicitamente excluídos em qualquer documento do contrato.

7.3.2. Exclusões e restrições

O adjudicatário está obrigado ao cumprimento integral das normas e condições impostas explicitamente no Caderno de Encargos e, bem assim, a todas aquelas outras que, implicitamente, sejam consideradas complementos correntes e necessários para a execução da aquisição de serviços em perfeitas condições técnicas.

7.4. Garantias especiais exigidas

Após conclusão de todos os trabalhos inerentes ao fornecimento de equipamento a **Aquisição de Pérgula para o Espaço de Refeições do Castelo de Alcoutim – Reforço na ativação do Destino e da Marca Alcoutim através da aquisição de equipamentos para a fortaleza de Alcoutim, Castelo da Vila de Alcoutim**, inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o adjudicatário está obrigado a corrigir todos os defeitos do material.

8. COMUNICAÇÃO

Apoio à assessoria de imprensa do município, nomeadamente, na fundamentação histórica e validação de informações técnicas.

9. COMENTÁRIO FINAL

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos, e respetiva Parte II – Especificações Técnicas, devem ser observadas as normas, regulamentos, regras da área de negócio, indicações dos fabricantes, indicações do distribuidor e do requerente.

ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DA PÉRGOLA DE SOMBREAMENTO

